

CONV 595/03

OJ 17

ORDEM DO DIA ANOTADA

Reunião: Sessão suplementar da CONVENÇÃO EUROPEIA

data: **Quarta-feira, 5 de Março de 2003**

O debate sobre o Título III do projecto de Tratado Constitucional (artigos 8.º a 16.º) será estruturado com base na lista de perguntas que consta do Anexo.

Não haverá lista de oradores, sendo dada a palavra aos membros que o solicitem segundo a ordem da lista de perguntas.

Contrariamente à informação contida na ordem do dia anterior (doc. CONV 593/03), a reunião terá lugar na sala **5G3** do Edifício Spinelli (ASP) do Parlamento Europeu, rue Wiertz, – 1047 Bruxelas. Esta sala permite que os colaboradores e restantes participantes assistam à reunião numa cabine de escuta (5G2).

TÍTULO III DO PROJECTO DE TRATADO CONSTITUCIONAL
(ARTIGOS 8.º A 16.º)

QUESTÕES A DEBATER

1) Competências exclusivas

- a) Convirá designar como competências "próprias" da União a categoria de competências "exclusivas"? A definição continuará a ser a mesma?
- b) Deveriam juntar-se determinados domínios a esta categoria (alguns dos membros da Convenção referiram o mercado interno, a coesão económica e social, o financiamento da União)?
- c) Convirá considerar certos domínios, como o das quatro liberdades, ou ainda determinados aspectos sensíveis da política comercial, como uma competência partilhada, conforme sugerido por outros membros da Convenção?
- d) Poderá o princípio da subsidiariedade aplicar-se a esta categoria ou a algumas destas competências?

2) Competências partilhadas

- a) Uma vez que a categoria de competências partilhadas constitui uma categoria residual, será ou não conveniente enumerar os principais domínios abrangidos?
- b) Se tal enumeração continuar a não ser exaustiva, convirá, mesmo assim acrescentar alguns domínios (alguns membros da Convenção referiram, designadamente, a luta contra a discriminação, a igualdade entre os sexos, os serviços de interesse geral, a dimensão fiscal do mercado interno, a protecção contra as catástrofes, a protecção dos animais, etc.)?

3) Política Externa e de Segurança Comum e coordenação das políticas económicas

- a) Atendendo à sua especificidade, e em especial à sua natureza essencialmente não legislativa, não deveriam a coordenação das políticas económicas e a Política Externa e de Segurança Comum constituir categorias à parte?
- b) Será necessário pôr mais em evidência a Política de Defesa Comum?
- c) Convirá considerar que a coordenação das políticas económicas, da política social e da política de emprego fazem parte de um mesmo bloco, conforme sugerido por alguns membros da Convenção?
- d) Será necessário referir que é a União, o Conselho ou os Estados-Membros que coordenam estas políticas?

4) Domínios de acção de apoio

- a) A categoria dos domínios da acção de apoio deverá ou não enumerar de forma exaustiva os domínios abrangidos?
- b) Que relação estabelecer entre esta categoria e a das competências partilhadas? (Alguns membros da Convenção sugeriram que não se excluísse *a priori* a harmonização, mesmo que mínima, da categoria dos domínios da acção de apoio, tendo outros sugerido que se refira a possibilidade de determinadas competências partilhadas darem lugar a acções de apoio).

5) "Cláusula de flexibilidade"

- a) Deverá uma cláusula deste tipo poder funcionar em ambos os sentidos?
- b) Qual o procedimento mais adequado (papel do Parlamento Europeu? Maioria qualificada)?
- c) Poderá o período de aplicação dos actos aprovados com base neste procedimento ser limitado no tempo (*sunset clause*)?

6) O princípio da subsidiariedade

Poderá o princípio da subsidiariedade ser definido de uma forma mais precisa, ou formulado de modo mais "positivo"?
